

HABEAS CORPUS Nº 493.255 - SP (2019/0041620-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LEO CRISTIAN ALVES BOM
ADVOGADO : LEO CRISTIAN ALVES BOM - SP268276
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO ARAUJO PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

O **paciente** acoima de ilegal em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal a quo**, nos autos do HC n. 2249722-58.2018.8.26.0000.

Busca, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, ao argumento de ser a decisão que converteu sua prisão em flagrante em preventiva – pela suposta prática do delito de ameaça contra sua irmã – carente de fundamentação idônea, uma vez que baseada nas circunstâncias elementares do delito e em sua gravidade abstrata.

Decido.

O Juízo de primeiro grau, ao converter o flagrante em prisão preventiva, assim consignou (fl. 16, grifei):

A manutenção da prisão processual da parte autuada se faz necessária, porquanto os pressupostos e os fundamentos que a ensejaram (*fumus comissi delicti et periculum libertatis*), bem como os requisitos de admissibilidade, por ora se sustentam, nos termos do art. 312 c.c. os arts. 282, § 6º, e 313, III, do CPP, justificando-se a manutenção como garantia da ordem pública, em homenagem aos bens jurídicos tutelados (a paz de espírito, a segurança e a liberdade da pessoa humana), **haja vista a gravidade do fato indicado (ameaça em contexto de violência doméstica) e a repercussão social e comunitária, mormente para uma cidade interiorana de proporções medianas, como é a Estância Turística de Olímpia**. Com efeito, pelas declarações da parte ofendida, há demonstração, com dados concretos, que, solta, a parte suprimirá elementos probatórios indicadores de sua culpabilidade, ameaçando-as, destruindo evidências materiais etc. As respostas dela à autoridade policial, sem transcrevê-las, comprovam que a parte **ESTÁ a influenciar a produção das provas**, o que, pela

Constituição Federal (art. 5º, II) e pelos Códigos Penal (art. 344) e de Processo Penal (art. 312, *caput*), é inadmissível. Diante dessas circunstâncias, não há outro caminho, porque inútil a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares (art. 282, II e § 6º, do CPP), a não ser a decretação do cárcere processual da parte.

O acórdão ora recorrido assentou (fls. 12-13, destaquei):

Conforme se depreende dos autos, o paciente foi denunciado como incurso na pena do artigo 147, *caput*, do Código Penal porque, no dia 26 de junho de 2018, por volta das 19h20, na Rua Sebastião Marins nº 242, no Bairro Centro, na cidade e Comarca de Olímpia/SP, **ameaçou sua irmã [...], por palavras e gestos, de causar-lhe mal injusto e grave, oportunidade em que foi apreendida uma faca que teria sido utilizada por ele durante a ameaça** (fls. 57/58 da inicial e fls. 11/12 dos autos originários).

Segundo fundamentou o Juiz *a quo* na r. decisão de fls. 49/52, **necessária a decretação da prisão preventiva do acusado e a imposição de medidas protetivas de urgência**, uma vez que a vítima relatou o **comportamento violento do irmão, que se repetia dentro do ambiente doméstico, culminando com a prática do crime de ameaça**, ora em análise, quadro este que realmente justifica a custódia cautelar para a garantia da integridade física e mental da vítima, bem como da ordem pública e, também, para assegurar a aplicação da lei penal.

[...]

Entretanto, no caso dos autos, entende-se que a prisão preventiva não se mostra ilegal ou arbitrária de modo a justificar a concessão da ordem, até porque, apesar de o Ministério Público concordar com o pedido de internação compulsória do paciente, foi instaurado o incidente de insanidade mental, ante o relatório psiquiátrico, realizado a pedido do Juízo de origem, que identificou nele o quadro de esquizofrenia paranoide (cf. r. despacho de fls. 92 dos autos de origem de fls. 18 e fls. 19/20 do incidente).

Diante disso, impossível considerar desnecessária ou mesmo desproporcional a segregação cautelar do paciente, visto que, confirmado o diagnóstico psiquiátrico acima descrito, ser-lhe-á imposta medida de segurança

compatível com o resultado do incidente instaurado.

A **prisão preventiva** possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém **deve**, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela**, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Apoiado nessa premissa, observo que **não são bastantes as razões invocadas pelo Juízo singular para embasar a ordem de prisão do paciente**, porquanto **deixou de contextualizar, em dados concretos dos autos, o *periculum libertatis***.

Pelo trecho acima transcrito, verifico que o Magistrado de primeiro grau entendeu devida a prisão preventiva do réu, com base tão somente na **gravidade abstrata** do delito ameaça, bem como em argumentos genéricos, tais como: "a parte suprimirá elementos probatórios" ou "a parte está a influenciar a produção das provas", sem, no entanto, apontar **nenhum elemento concreto** a fundar essas conclusões e a demonstrar que, efetivamente, o paciente, solto, pudesse colocar em risco a ordem pública ou a ordem econômica, ou mesmo se furtar à aplicação da lei penal.

Ressalto, ainda, que, a Corte estadual asseverou a reiteração da conduta criminosa do acusado e o uso de uma faca no momento do delito, fatos que, a um primeiro olhar, justificariam a necessidade da custódia cautelar. Todavia, a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que **o acréscimo de fundamentos, pelo Tribunal local, não se presta a suprir a ausente motivação do Juízo natural**, sob pena de, em ação concebida para a tutela da liberdade humana, legitimar-se o vício do ato constitutivo ao direito de locomoção do paciente.

Assim, ao menos à primeira vista, entendo evidenciados os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, quais sejam, *o fumus boni juris* e *o periculum in mora*.

À vista do exposto, **defiro a liminar** apenas para assegurar ao paciente que aguarde em liberdade o julgamento final deste habeas corpus, de modo que deve ser colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.

Fica, no entanto, ressalvada a possibilidade de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade, ou de imposição de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor dessa decisão ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, solicitando-se-lhes o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**